

GLOSSÁRIO JURÍDICO

PORTUGUÊS - KAINKANG
LÍNGUA INDÍGENA VIVA NO DIREITO



Parceiros:

IDGLOBAL
Instituto de Direito Global

AGU
Associação de Juristas de União

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Apoio:

ADICUCA
Associação de Difusão Cultural de Canela
CNPJ: 51.750.564/0001-82

Glossário Jurídico *(Com base na Constituição Federal de 1988)*

A

Ab-rogar – Cancelar completamente uma lei.

Tradução:– Vēnhrátanénhange,tatûkekân.

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) – Ação que serve para dizer se uma lei está contra a Constituição.

Tradução: Ném han ge, ka tu tâ.

Ação Popular – Qualquer cidadão pode entrar com essa ação para cancelar algo que prejudique o governo ou o meio ambiente.

Tradução: Ti kar vā ti tỹ nén ũ vēnhmỹ ve kỹ, Brasil kâki pã'i mág kar nân ka tu, fóg tỹ pã'i mág ag ty fan sór kỹ ty fan.

Alvará – Documento da Justiça que autoriza algo, como soltar uma pessoa presa.

Tradução: Vēnhrá tỹ ũ tỹ kâgmĩ/nĩfénh kỹ ní ěn tuvānh fã.

Amicus curiae – Pessoa ou grupo que entra num processo só para ajudar com informações, sem ser parte dele.

Tradução: Ũ tỹ ti tỹ nén vēg mũ ân tỹ fóg tỹ pã'i ag mỹ kāmén.

Anistia – Perdão oficial para certas pessoas que cometeram crimes, geralmente políticos.

Tradução: ã nĩsti'a ou Pã'i tỹ ã tỹ ném ũ vēnhmỹ han mỹr, venhpã ty fan kỹ tỹ tũ ke.

Arrazoado – Texto com os motivos e explicações de um pedido ou decisão.

Tradução: Vēnhrá ki jygre ěn tỹ pir ke.

C

Caput – Primeira frase de um artigo de lei.

Tradução: Vēnhrá ki ā nén han ge ki jāmī kó tīg fā.

Cautelar – Decisão rápida e temporária para evitar que algo piore até o julgamento final.

Tradução: Fóg tỳ pā'i ag tỳ vēnhrá han, nén ũ jagy tỳ ke tū ke

Cláusula pétrea – Parte da Constituição que não pode ser mudada nem por votação.

Tradução: Constituição kākī vēnhrá ũ pi vóg há nī. Ty ti vēnhmān mág han vē.

Coisa julgada – Quando uma decisão da Justiça não pode mais ser modificada.

Tradução: Fóg tỳ pā'i ag tỳ vēnhrá han kar, pi ti rá ěn vóg mǎn há nīj.

Competência – Quem tem o poder legal de julgar ou decidir alguma coisa.

Tradução: Ũ tỳ ti nén han jé kuprēg kỳ nī ān ti.

Comutação de pena – Trocar uma pena por outra mais leve.

Tradução: Ũ tỳ ti nén ũ vēnhmỹ han kar kajām nī ra, ti mỳ tỳ kēnhvy/ror ke.

Concessão – Quando o governo autoriza uma empresa a prestar um serviço público (como ônibus ou luz).

Tradução: Ēmā mág kākī pā'i mág tỳ ném ũ kar hyn han fā, ag jy nỹ tī ag mỹ ha mré rānhrāj ke.

Constituinte – Pessoa ou grupo que faz uma Constituição.

Tradução: Vēnhmān kỳ constituição (han ge) han.

Custos legis – Quem atua no processo para garantir que a lei seja respeitada (geralmente o Ministério Público).

Tradução: Ũ tỳ vēnhrá tugnỹm kar ki hā han tỳ rīr fā.

D

Decoro parlamentar – Comportamento respeitoso e adequado que se espera de um político.

Tradução: Pã'i mág/político ag tỹ vênh ju ãkrén fã ag nén ù han jé ke tũ nĩn kỹ vēmén jé.

Deferir – Aceitar um pedido feito à Justiça.

Tradução: Fóg tỹ pã'i má ag tỹ, ã tỹ ag mỹ nén ù tu ke kã, ag tỹ han.

Desapropriação – Quando o governo toma um bem privado por necessidade pública, pagando indenização.

Tradução: Êmã mág kãki pã'i mág tỹ ù tỹ nén ù mãn kỹ ti déve kajãm.

Desídia – Falta de cuidado ou preguiça no trabalho, principalmente no serviço público.

Tradução: Nén ù ju nỹ ti ag tỹ ag tỹ nén ù vênh mỹn kỹ hyn han fã, tu jãnjãr kỹ.

Dignidade da pessoa humana – Princípio que diz que todas as pessoas devem ser tratadas com respeito e valor.

Tradução: Ti kar vỹ jagnẽ rike kar nỹ tĩ, kar jagnẽ mỹ ge ki kỹ jẽmẽj ke nĩ.

Direito adquirido – Direito que alguém já tem e não pode ser tirado, mesmo se a lei mudar.

Tradução: ã pi ã tỹ nén mãn já kren mãn mỹ, ty vênhrá ti tỹ ù ké.

Doutrina – Explicações e ideias de quem estuda e escreve sobre leis e o Direito.

Tradução: Û tỹ nén han ge tag ránrán fã.

E

Eficácia plena – Quando uma regra da Constituição já pode ser aplicada, sem precisar de outra lei.

Tradução: Constituição kãki vênhrá ù han gé, vênhmãn mẽ kã.

Ementa – Resumo do conteúdo de uma lei ou decisão.

Tradução: Vênhrá kãki, ti nén tu jykre han jé ãn kã jykre sĩ mãn.

Emenda constitucional – Mudança feita no texto da Constituição.

Tradução: Vênhrá tỹ constituição kãpãn han mãn.

Exceção de incompetência – Pedido para tirar o caso das mãos de um juiz que não pode julgá-lo.

Tradução: Fóg tỹ pã'i mág nĩ kã, ti tỹ ù tỹ nén ù han jé kajãm nĩ an kunũnh kỹ, pã'i ù mỹ tĩn.

Excludente de ilicitude – Quando a pessoa faz algo que seria crime, mas tem justificativa, como se defender de uma agressão.

Tradução: Ũ tỹ nén ù vẽnhmỹ han mỹr tỹ vẽnh kajãm kỹ han.

F

Foro privilegiado – Direito de certas autoridades (como deputados e ministros) de serem julgadas por tribunais mais altos.

Tradução: Deputado kar Ministro ag jagfỹ vẽnhrá ù han, ag ver ag rãnrãj nỹ tĩn kỹ.

Função típica/atípica – O que é ou não é a atividade principal de um dos três poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário).

Tradução: Pã'i mág tẽgtũ tag ag mré ke pi jé. (Executivo, Legislativo, Judiciário)

H

Habeas corpus – Ação que serve para proteger alguém contra prisão ilegal.

Tradução: Vẽnhrá tỹ ã ne tũ ke kãgmĩ kỹ nĩn kỹ, ã tũvãnh fã.

Habeas data – Ação usada para ver ou corrigir dados pessoais guardados por órgãos públicos ou empresas. **Tradução:** Vẽnhrá tỹ empresa mág ag nén vẽnhmỹ han jé tugnỹm kar ki han jé.

I

Imprescritível – Que nunca perde a validade, mesmo com o tempo (ex: crime de racismo).

Tradução: ã nén vẽnhmỹ han jé pi tỹ tũ ke há nĩ.

Imunidade parlamentar – Proteção que os políticos têm para não serem processados por suas opiniões no trabalho.

Tradução: políticos ag tỹ rãjrãj nỹ tí ãn ki, nén han sór mũ ãn han ge.

Inafiançável – Quando a pessoa não pode pagar fiança para responder ao processo em liberdade.

Tradução: Ver ã tỹ kãmĩ kỹ nỹ. ã kajãm kỹ. Kutã kỹ tí, kỹ ki han sór mỹr.

Indulto – Perdão da pena concedido pelo Presidente da República.

Tradução: Presidente t̃y ă nén ṽenhm̃y han k̃y ă m̃y ṽenh pătũfan

Inexigibilidade – Quando não se pode exigir certo comportamento de alguém numa situação.

Tradução: Ă t̃y ũ m̃y ṽenh kir̃r ă nén ũ tó jé ke.

Injunção (mandado de) – Ação usada quando falta uma lei para garantir um direito previsto na Constituição.

Tradução: Han t̃y mr̃anh ke, ṽenhrá ũ constituição k̃aki nén rán k̃ă nĩ ăn han jé.

J

Jurisdição – O poder que juízes e tribunais têm para resolver conflitos.

Tradução: Juíz kar tribunais ṽy tar nĩ, ti nén ũ ki han jé.

Jurisprudência – Conjunto de decisões anteriores dos tribunais sobre um mesmo tema. **Tradução:** Ṽenhm̃ăn ṽen jé ũ, ag ẽ tu ṽemén m̃ăn jé.

L

Laicidade – O Estado não tem religião oficial e respeita todas igualmente.

Tradução: Êmă k̃aki ũ t̃y top̃ê ṽi kar kupr̃ig mr̃é r̃ăjr̃ăj f̃ă ag ṽy jag rike kar ñy t̃i.

Liminar – Decisão provisória tomada no início de um processo, geralmente.

Tradução: Ṽenhrá ũ han t̃y mr̃anh ke, processo t̃y ke tũ ki.

M

Mandado de injunção – Pedido à Justiça para que um direito seja garantido mesmo sem uma lei específica.

Tradução: Ṽenhrá han k̃y t̃y ă jagfy ṽij, fóg ag ṽenhrá katu.

Mandado de segurança – Ação para proteger um direito claro que está sendo desrespeitado por uma autoridade.

Tradução: Pă'i mág ag katu, ṽenhrá han, ă jagfy.

Medida provisória – Regra temporária feita pelo presidente em casos urgentes, com força de lei.

Tradução: Presidente t̃y ṽēnhrá han, tu furūn k̃y, ñén ũ katu.

Ministério Público – Instituição que defende a sociedade e fiscaliza o cumprimento das leis.

Tradução: Ministério Público – ṽy t̃y fóg t̃y p̃ā'i ag t̃y kanhgág ag jagf̃y ṽij f̃ā ñi.

N

Norma constitucional – Regra que está dentro da Constituição. **Tradução:** Constituição k̃āki ā ñén han ge ũ.

Norma programática – Regra que mostra objetivos a serem alcançados com políticas públicas.

Tradução: Ā ne han jé ā ty kr̃yg ge, fóg ag jykre k̃āmī.

O

Ordem jurídica – Conjunto de leis e regras de um país.

Tradução: Ēmā mág k̃āmī ā ne han ke.

Ordem pública – Situação de paz, segurança e organização que o governo deve garantir.

Tradução: P̃ā'i t̃y governo ṽy ti kar vej ke ñi, ti jagñē mré há har han k̃y m̃ūn jé.

P

Persecução penal – Etapas da investigação e do processo criminal.

Tradução: Ag ñén ũ tugñym ñym vén ag ũ k̃āgm̃i t̃ū ke.

Preceito fundamental – Ideias e princípios mais importantes da Constituição.

Tradução: Ṽēnh jykre há t̃y constituição k̃āki ñy t̃i ān.

Princípio da legalidade – Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo que não esteja previsto em lei.

Tradução: Û pi ā mý ān han ra kej, ti vĕnhrá ki rán ký nĩ tũn ký.

Princípio da proporcionalidade – O governo deve usar meios justos e equilibrados ao aplicar leis.

Tradução: Governo tỹ pã'i mág vỹ tikar mré jagnĕ mré ki hã han ge nĩ.

Princípio da reserva legal – Certos assuntos só podem ser tratados por meio de lei feita pelo Legislativo.

Tradução: Vĕnhrá ù vĕ tỹ Legislativo tỹ vĭn mré ke nĩ.

Promulgação – Ato de publicar oficialmente uma lei ou emenda para que ela passe a valer.

Tradução: Vĕnhrá tỹ constituição kãpãm ù han măn.

Q

Quórum – Número mínimo de pessoas necessárias para uma votação ou decisão ser válida.

Tradução: Ûn e tỹ ān gen ký tỹ nỹj ken ký tỹ ken ký nỹ.

R

Ratificação – Confirmação oficial de algo, como um acordo ou decisão.

Tradução: Mũnỹ jagnĕ mré jykre tỹ pir ke jé.

Recurso extraordinário – Pedido para que o STF revise uma decisão que desrespeita a Constituição.

Tradução: STF mỹ vĕnhrá tugnỹm măn ra ke, ti tỹ constituição jãty nỹ tũ ān ve jé.

Recurso especial – Pedido para que o STJ analise uma decisão que desrespeita uma lei federal.

Tradução: STJ mỹ vĕnhrá tugnỹm ra, ju tỹ nĕn han ge katu tã nỹ.

Repercussão geral – Quando uma decisão da Justiça pode afetar muitas outras parecidas.

Tradução: Justiça tỹ vĕnhrá ù han jé tỹ vĕnhrá ù kókén.

Requisição – Ordem do governo para usar algo ou exigir um serviço, de forma legal.

Tradução: Governo tỹ vẽnhrá ù han, ti tỹ, kur han gé jé.

Revogação – Cancelar uma lei ou parte dela.

Tradução: Han ge ù tỹ tũ ke.

S

Sanção presidencial – Aprovação de uma lei pelo presidente.

Tradução: Presidente tỹ vẽnhrá ù tu hẽnỹ ke.

Segredo de justiça – Quando o processo é fechado ao público, para proteger os envolvidos.

Tradução: Vẽnhrá tỹ péju kỹ han, ti kar tỹ vэг tũ nĩ jé.

Sigilo fiscal/bancário – Proteção sobre informações de dinheiro e contas bancárias.

Tradução: Ā conta tu vẽnhrá ãn pigju, Ũ tỹ ve tug jé.

Soberania – Poder do país de decidir sobre seus assuntos, sem interferência de fora.

Tradução: Pã'i mág tỹ gen kỹ tỹnỹj ke kỹ tỹ ken kỹ nỹj.

Subsidiariedade – O governo só deve intervir quando outros meios não conseguem resolver.

Tradução: Governo tỹ inh hã tỹ han ke, ti krãm ke ag han tũ nĩkỹ.

Supremacia constitucional – A Constituição é a lei mais importante do país.

Tradução: Constituição vỹ tỹ vẽnhrá tỹ tĩkar tỹ kri rãnhrāj jé ke ni.

T

Trânsito em julgado – Quando uma decisão da Justiça não pode mais ser mudada.

Tradução: Justiça kãki vẽnhrá han ù pi tỹ tũ ke há nỹj.

Tutela jurisdicional – Proteção dada pela Justiça quando alguém tem seu direito violado.

Tradução: Justiça tỹ ã jagfy vẽnhrá ũ han.

Tutela provisória – Proteção temporária dada pela Justiça antes da decisão final.

Tradução: Justiça tỹ ver ã mỹ vẽnhrá ũ han, ti tỹ ver tũ ke tũ ke.

U

Usucapião – Quando uma pessoa vira dona de um imóvel depois de morar ou cuidar dele por muitos anos, sem ser incomodada.

Tradução: ã tỹ ga ũ kri nĩg mág ja tugnĩn ã tỹ vyn jé há nĩ.

Ultratividade da lei – Quando uma lei antiga continua valendo para fatos do passado, mesmo depois de ser cancelada.

Tradução: Han ge si ũ tỹ ver han jé há nĩ.

V

Vacatio legis – Tempo entre a publicação de uma lei e o dia em que ela começa a valer. **Tradução:** Han ge ũ tỹ vẽnhrá kãnĩm mỹr pi ver kri rãnhrāj jé há nĩ ver, ti kar kỹ nỹ tũn kỹ.

Veto presidencial – Quando o presidente decide não aprovar uma lei que o Congresso criou.

Tradução: Presidente tỹ vẽnhrá ũ katu tã, congresso ag han jé ũ.

Observações: Presidente, constituição, STJ, STF, Governo, Justiça, Brasil, Políticos, Deputado, Ministro, Executivo, Legislativo, Judiciário, Empresa, Juiz, Tribunais, processo e Ministério Público. Vẽnhrá tag ag traduzi ke tũg sóg, hẽra pi ěg vĩ ki ke ja nĩ, kỹ isỹ tu jykrén mỹr tỹ ti nén tó sór nĩ ãn tỹ tũ kej, kỹ inh jykre ki isỹ gen kỹ tũvaj, ti tỹ ũ tỹ tu jãn kỹ, kinhrág há han jé.



Parceiros:

IDGLOBAL
Instituto de Direito Global

AGU
Associação de Juristas de União

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Apoio:

ADICUCA
Associação de Difusão Cultural de Canela
CNPJ: 51.750.564/0001-82